

EDITAL

| | | |
|---|--|--|
| Pregão Eletrônico nº 079/2026 | Data de Abertura: 03/07/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br | |
| Nº do PE no compras.gov.br: 900792026 | UASG: 925302 | Nº do Proc.: 20.000.000271.2026 |
| Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA NOBREAK | | |
| Órgão Requisitante: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ | | |
| Valor Total Estimado: R\$ 88.760,56 (oitenta e oito mil setecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos) | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO - COMPRAS (FORNECIMENTO NÃO CONTÍNUO) | | |
| Registro de Preços? | Vistoria? | Amostra? |
| NÃO | NÃO | NÃO |
| Exclusiva ME/EPP? | Cota Reservada ME/EPP? | Critério de Julgamento das Propostas? |
| NÃO | NÃO | MENOR PREÇO |
| Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO | Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM | |
| <u>DESTAQUES</u> | | |
| <p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados no Anexo I do Termo de Referência, anexo a este Edital, bem como acima dos valores totais máximos admitidos para os lotes.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p> | | |



EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será realizada em um único lote, formado por um item, conforme tabela constante no Anexo I do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



- 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.1. sociedades cooperativas;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos



no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
 - 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
 - 4.7.11.1. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.7.11.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;

5.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 5.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;

5.1.2. Marca / Fabricante

5.1.3. Modelo / Versão



- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 5.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.



- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 6.5.1. Após o envio do lance, o sistema do ‘compras.gov.br’ computará o valor TOTAL DO LOTE, para fins de classificação;
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.5. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;



- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
 - 6.18.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
 - 6.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.1.1. SICAF;
 - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
 - 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);
 - 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 7.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU
(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);
 - 7.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>);



- 7.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 7.1.2.; 7.1.3.; 7.1.4. e 7.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

8. DA PROPOSTA ADEQUADA

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 8.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



8.7. Além das informações exigidas no item 5 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:

- 8.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- 8.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;
 - 8.7.2.1. apresentar detalhamento das especificações do material a ser fornecido, inclusive indicando marca, modelo, fabricante, procedência, prazo de entrega, prazo de garantia, e demais exigências do Termo de Referência;
- 8.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;
- 8.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.
- 8.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
 - 8.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;
- 8.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 8.7.8. No caso da incidência de ICMS:
 - 8.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
 - 8.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
 - 8.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- 8.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 8.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA



- 9.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.2.1. contiver vícios insanáveis;
 - 9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 9.2.3.1. os valores que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados no Anexo I do Termo de Referência (anexo a este Edital), bem como acima dos valores totais máximos admitidos para os lotes, serão desclassificados.
 - 9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 9.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.3.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
 - 9.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 9.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 9.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 9.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO



- 10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 10.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



- 10.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 10.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 10.11. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 10.12. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 10.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 10.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 10.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 10.13.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 10.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.11.1.
- 10.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



- 10.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 10.18. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 10.18.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**
- 10.18.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.18.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.18.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.18.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.18.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.18.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.18.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP,





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

10.18.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.18.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.18.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

10.18.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.18.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.18.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.18.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.18.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

10.18.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.18.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



10.18.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

10.18.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.18.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.18.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.18.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.18.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.18.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.18.4. **Relativos à Qualificação Técnica:**

10.18.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

10.18.5. **Disposições gerais sobre habilitação**

10.18.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.18.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.18.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.18.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



10.18.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.18.6. Documentos Complementares:

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

10.18.7. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

11. DOS RECURSOS



- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.6. fraudar a licitação
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



12.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 12.7. e 12.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.

12.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic09@centraldecompras.pb.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO CONTRATO

14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, conforme Termo de Referência.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

14.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

14.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

14.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

14.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

14.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

14.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

14.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



- 16.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 16.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 16.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 16.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 16.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.
- 16.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.
- 16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.15.1. ANEXO I - Termo de Referência



16.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados se seus respectivos quantitativos

16.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

16.15.3. ANEXO III – Modelo da proposta de preços

16.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

16.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME – EPP

16.15.5.1. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital

Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo
Responsável pela Revisão do Edital



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

COMPRAS

PROCESSO Nº FAZ-PRC-2026/00271

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de baterias para nobreak, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A aquisição de baterias estacionárias para nobreaks envolve potenciais impactos ambientais, especialmente em razão da composição química desses equipamentos, que normalmente contêm chumbo, ácido sulfúrico e outros componentes potencialmente poluentes.

4.1.2. Os principais impactos ambientais associados ao objeto são:

- a) Geração de resíduos perigosos, ao final da vida útil das baterias, exigindo destinação ambientalmente adequada;
- b) Risco de contaminação do solo e da água, caso haja descarte irregular ou vazamento de substâncias químicas;
- c) Impactos decorrentes do processo produtivo, envolvendo extração de matérias-primas e consumo de energia na fabricação;
- d) Emissões associadas ao transporte e logística do material até o local de entrega.

4.1.3. Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) Exigência de que as baterias atendam às normas técnicas e ambientais vigentes;
- b) Comprovação de que o fabricante ou fornecedor realiza a logística reversa, nos termos da legislação ambiental aplicável;
- c) Destinação ambientalmente adequada das baterias substituídas, por meio de empresa licenciada para coleta e reciclagem de resíduos perigosos;
- d) Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seu processo produtivo.

Ressalta-se que a substituição preventiva das baterias também contribui para evitar danos aos equipamentos e descarte prematuro de bens permanentes, reduzindo impactos ambientais indiretos.

4.1.4. A empresa deverá possuir a licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dias com as respectivas licenças;

4.1.5. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências.



- 4.1.6. Resolução Conama nº 401, de 4 de novembro de 2008 – Estabelece limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.
- 4.1.7. Instrução Normativa Ibama nº 8, de 3 de setembro de 2012 - Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou de produtos que as incorporem.
- 4.1.8. As baterias devem ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu uso (tempo de uso).

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato.
 - 4.3.1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
 - 4.3.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
 - 4.3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Exigências quanto ao produto ofertado

- 4.4. Cumprir todas as especificações do objeto constantes no Edital e seus anexos.
- 4.5. As baterias não podem ser recondicionadas e não podem ser remanufaturadas;
- 4.6. A embalagem deve conter os dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade;
- 4.7. As baterias devem obedecer às Normas da ABNT aplicáveis a baterias estacionárias do tipo chumbo-ácida regulada por válvula (VRLA), em especial:
 - 4.7.1. ABNT NBR 14204 – Especificação;
 - 4.7.2. ABNT NBR 14205 – Métodos de ensaio;
 - 4.7.3. ABNT NBR 14206 – Terminologia;
 - 4.7.4. ABNT NBR 16109 – Aplicação em sistemas de alimentação ininterrupta (UPS) – Especificação;
 - 4.7.5. ABNT NBR 16110 – Aplicação em sistemas de alimentação ininterrupta (UPS) – Métodos de ensaio.



- 4.7.6. Adicionalmente, deverão ser observadas, no que couber, as normas ABNT NBR 15389 (instalação) e ABNT NBR 15641 (manutenção).
- 4.7.7. Serão aceitas normas internacionais equivalentes, desde que comprovada aderência técnica aos requisitos estabelecidos.
- 4.8. A data de fabricação das baterias, na data da entrega, não poderá ser superior a 6 (seis) meses;
- 4.9. A garantia mínima deve ser de 24 (vinte e quatro) meses.
- 4.10. A instalação das baterias é de responsabilidade do Órgão visto que existe empresa contratada responsável pelo serviço de manutenção dos Nobreaks.
- 4.11. As baterias atualmente em uso que serão substituídas, pelas do objeto desta licitação, deverão ser recolhidas pela CONTRATADA, conforme legislação ambiental vigente, tão logo haja o procedimento de troca e instalação das novas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço no Almoxarifado Central – Centro Operacional - COP da SEFAZ-PB, sito à Rua: C-5 S/N, CEP:58082-009, Distrito Industrial - João Pessoa-PB, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:30 às 16:30 de segunda a sexta-feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.4.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.



- 5.6. Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar um bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.
- 5.11. Quando necessário, o custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).
- 6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).
- 6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer



documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

- 6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV)).

Gestor do Contrato

- 6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).
- 6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais



condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

- 6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

f.1) Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB nº 1.234/2012.

7.9.1.1 O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.9.2 Observar as disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEAD/CGE Nº 01/2016 (SIGBP PB).

7.9.3 No caso de bens adquiridos com entregas parceladas, a liquidação e pagamento deverão observar as disposições da PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2022-CGE-SEAD-SEFAZ, de 04 de agosto de 2022.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal,



constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.13. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



Forma de pagamento

- 7.19. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.21.1 Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 7.23 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.24 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.25 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.26 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.27 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.28 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão)



adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.29 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.30 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação técnica

8.3. Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.5.1. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50 % dos quantitativos licitados.

8.5.2. A exigência de atestados será restrita as parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

8.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração,



cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 20902;
- II) Fonte de Recursos: 500;
- III) Programa de Trabalho: 5292;
- IV) Elemento de Despesa: 339030.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXO (S)

11.1. Anexo I – tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.

João Pessoa, 09 de abril de 2026.

Histórico de versões:

Criado em: 18/03/2026

Modificado em: **09/04/2026**

Elaborado por:

CIRO MOREIRA DE MELO FILHO
Gerente Operacional de Infraestrutura
Matrícula: 158.518-5
(assinado eletronicamente)





Aprovado por:

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

Secretário de Estado da Fazenda

Matrícula 171.798-7

(assinado eletronicamente)



FAZCAP202600571



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:20.000.000271.2026

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

| Item | Código | Descrição | Unidade | Lote | Qtde | R\$ Un. | LC 123/2006 |
|------|--------|---|---------|-------|------|---------|--------------------|
| 1 | 103636 | BATERIA estacionária de 45 Ah, 12 volts, não recondicionada e não remanufaturada. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. | Un | Único | 196 | 452,86 | Ampla Concorrência |

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$88.760,56



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.000.000271.2026

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Compras

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ E A
EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 20.000.000271.2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 079/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA NOBREAK, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CÓDIGO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------------|------------|-------------------|----------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;



1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, nos casos em que couber;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia>, em valor correspondente a 1% (um) por cento do valor {Inicial_Total_Anual} do contrato.
- 10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual>, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.
- 10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e



- 10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6., observada a legislação que rege a matéria.
- 10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco} com correção monetária.
- 10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.16.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.



10.16.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.16.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) moratória de {MultaMinimaMoratoriaGarantia} % ({MultaMinimaMoratoriaGarantiaExtenso} por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de <MultaMaximaMoratoriaGarantia> % ({MultaMaximaMoratoriaGarantia}) por cento, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]



[a. O atraso superior a <PrazoMaximoDias> (<PrazoMaximoDiasExtenso>) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<Multa MáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 20902;
- II. Fonte de Recursos: 500;
- III. Programa de Trabalho: 5292;
- IV. Elemento de Despesa: 339030
- V. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

- 17.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa - PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Valor Unit. (R\$) | Valor Total do Item (R\$) |
|------|-----------|-------|--------|----------------------|------------------------------|
| | | | | | |

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS e/ou ICMS, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20 ____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Este estudo serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e operacional da contratação pretendida e embasar o Termo de Referência de acordo com a Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XX.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição do objeto torna-se imprescindível considerando a indubitável necessidade do uso deste para a ativação dos 3 (três) nobreaks localizados no Centro Administrativo e 1 (um) localizado na Sede da Gerência de Tecnologia da Informação.

Esses equipamentos são essenciais para garantir a continuidade das atividades dos grupos geradores, bem como mantêm todos os sistemas informáticos no ar, sobretudo o ATF (sistema corporativo que controla toda arrecadação tributária estadual) e o e-Fisco (aplicação com os seguintes subsistemas: e-Processo, DT-e, e-PAF e GLME). Tais serviços ficam ativos durante 24 x 7h e 365 dias do ano. A interrupção ou mesmo perda de performance poderá causar grandes transtornos aos usuários, contribuintes e cidadãos paraibanos assim como causar impacto na arrecadação tributária.

Com o passar do tempo e com os diversos ciclos, as baterias se desgastam e não conseguem acumular carga adequadamente podendo comprometer o acionamento dos nobreaks. A aquisição de baterias visa assegurar a qualidade e disponibilidade dos equipamentos no parque tecnológico deste órgão e melhorar a proteção e desempenho operacional dos nobreaks existentes substituindo as baterias já depreciadas em função do uso prolongado garantindo assim melhores condições de funcionamento para os mesmos.

Em novembro do corrente ano as baterias dos nobreaks perderão a validade e a garantia, correndo o risco de não responderem a contento nos episódios de falta de energia. Nessas ocasiões, as baterias podem não fornecer carga necessária para os nobreaks sustentarem o funcionamento dos equipamentos ou ainda entrarem em curto em razão do desgaste de seus componentes internos. As consequências, caso esses eventos aconteçam, vão desde danos aos nobreaks até a destruição dos equipamentos de TIC, representando graves prejuízos financeiros.

Diante desse cenário, é imprescindível a aquisição de novas baterias para nobreaks tendo em vista a substituição das atualmente em uso quando ocorrer o encerramento do prazo de garantia das baterias das mesmas.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 REQUISITOS DE NEGÓCIO

- Garantir a sustentação da energia nos momentos em que há queda na rede elétrica da concessionária local, evitando desse modo, a paralisação dos serviços oferecidos por esta Pasta à sociedade paraibana.
- Assegurar a qualidade e disponibilidade dos equipamentos no parque tecnológico deste órgão;
- Melhorar a proteção e desempenho operacional dos Nobreaks existentes substituindo as baterias já depreciadas em função do uso prolongado garantindo assim melhores condições de funcionamento para os mesmos.
- Garantir o alinhamento aos princípios da disponibilidade e da integridade, pilares da segurança da informação, através do uso de Nobreaks.

2.2 REQUISITOS DE NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

- Não podem ser recondicionadas e não podem ser remanufaturadas;
- A embalagem deve conter os dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade;
- As baterias devem obedecer as Normas da ABNT;
- A data de fabricação das baterias, na data da entrega, não poderá ser superior a 6 (seis) meses;
- A garantia mínima deve ser de 24 (vinte e quatro) meses.

2.3 DEMAIS REQUISITOS DE NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

- Requisitos de garantia contratual:
 - O prazo de garantia contratual da aquisição deve ser de 24 (vinte e quatro) meses.
- Requisitos de sustentabilidade:
 - A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dias com as respectivas licenças;
 - As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.
 - Os produtos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu uso (tempo de uso) - Logística reversa;
- Requisitos de serviço:
 - A instalação das baterias é responsabilidade do Órgão visto que existe empresa contratada responsável pelo serviço de manutenção dos Nobreaks.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



FAZCAP202600300A

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

- As baterias atualmente em uso que serão substituídas, pelas do objeto desta licitação, deverão ser recolhidas pela contratada, conforme legislação ambiental vigente, tão logo haja o procedimento de troca e instalação das novas.
- Requisitos legais:
 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou superiores com o objeto desta aquisição por meio da apresentação de certidões ou atestados.
 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Requisitos temporais:

O início do fornecimento do objeto deve ser em até 30 (trinta) dias contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender à necessidade de substituição das baterias do sistema de nobreak da SEFAZ, foi realizado o levantamento de soluções disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, funcionais, econômicos e de viabilidade operacional.

Verificou-se que há diversas marcas e modelos de baterias estacionárias de 12V e 45 Ah disponíveis, com características técnicas semelhantes às exigidas, como tampas seladas, filtro antichama, indicador de carga e homologação ANATEL. Esses modelos são amplamente utilizados por outros órgãos públicos e estão alinhados com os padrões usuais de mercado, permitindo a concorrência entre fornecedores.

Optou-se pela aquisição como bem de consumo, em razão da natureza do objeto, sendo a forma mais eficiente e econômica para atendimento imediato da demanda. As opções identificadas para este estudo são a aquisição definitiva, o acesso ao bem (como serviço) e a locação de equipamentos com manutenção inclusa.

Solução 1: Aquisição de Baterias para Nobreaks

A aquisição consiste na transferência da propriedade dos bens para a Administração. Esta é a solução convencional para itens de consumo durável de médio prazo.

- **Vantagens:** Menor desembolso nominal em comparação a contratos de serviço de longa duração; controle total sobre o estoque e cronograma de substituição; ausência de taxas de administração e lucro sobre serviços recorrentes.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





- **Desvantagens:** Exige que o órgão possua ou contrate mão de obra para instalação e manutenção; transfere o risco de obsolescência e a responsabilidade pelo descarte ambiental para o órgão.

Solução 2: Locação ou Acesso ao Bem (*Nobreak as a Service*)

Nesta modalidade, a contratada fornece as baterias (e às vezes os próprios nobreaks) e garante a disponibilidade de energia mediante o pagamento de uma mensalidade.

- **Vantagens:** Transforma investimento de capital (Capex) em despesa operacional (Opex); garante manutenção e substituição imediata sem novos processos licitatórios; inclui logística reversa e conformidade ambiental no escopo do fornecedor.
- **Desvantagens:** Custo global geralmente mais elevado devido ao risco embutido pelo fornecedor; dependência de terceiros para a continuidade de operações críticas; complexidade na fiscalização de contratos de serviço.

As soluções incompatíveis com o ambiente atual ou que não atendem integralmente aos requisitos técnicos mínimos foram descartadas. Dessa forma, a aquisição das baterias, com especificações técnicas e modelo de referência, configura-se como a melhor alternativa para garantir a continuidade dos serviços de TI, com segurança, durabilidade e economicidade.

3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

| Critério | Solução proposta (aquisição das baterias) | Não realizar a aquisição (situação atual) |
|--|--|---|
| Eficácia na Resolução do Problema | Alta. Substitui as baterias, restaurando a autonomia do nobreak. | Nula. O nobreak continuará inoperante em quedas de energia, com riscos aos equipamentos e serviços. |
| Proteção aos Equipamentos de TI | Alta. Evita desligamentos repentinos e danos. | Baixa/Nula. Equipamentos permanecem vulneráveis. |
| Continuidade dos Serviços | Alta. Garante a manutenção dos sistemas durante interrupções de energia. | Baixa/Nula. Interrupções severas nas atividades. |
| Custos Imediatos | Custo de aquisição das baterias | Nenhum custo imediato. |
| Riscos Associados | Baixos. Relacionados à correta instalação e | Altos. Possibilidade de danos a equipamentos |

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| | qualidade dos produtos (cobertos por garantia). | caros, perda de dados e paralisação de atividades. |
| Complexidade de Implementação | Baixa/Média. Substituição de baterias realizada pela equipe de TI. | Não aplicável. |
| Conclusão Parcial | Solução mais adequada para mitigar os riscos e restaurar a funcionalidade essencial do nobreak. | Inviável devido aos graves prejuízos operacionais e financeiros iminentes. |

REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Durante o levantamento, algumas alternativas foram consideradas inviáveis para a presente necessidade:

- **Manutenção ou Reparo das Baterias Atuais:** As baterias estacionárias seladas, ao apresentarem defeito após um período de uso e atingirem o fim de sua vida útil, geralmente não são passíveis de reparo econômico ou tecnicamente viável que restaure sua capacidade e confiabilidade originais.
- **Aquisição de um Novo Nobreak Completo:** Embora pudesse resolver o problema, a aquisição de um nobreak completo representa um custo significativamente mais elevado e não é necessária, visto que a estrutura principal do nobreak existente está funcional, sendo o problema concentrado no banco de baterias.
- **Protelar a Substituição:** Dada a criticidade do nobreak para a manutenção dos serviços de TI e das atividades do campus, e o defeito já constatado nas baterias, protelar a substituição é inviável, pois aumenta exponencialmente o risco de danos e paralisações.

3.3. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA SOLUÇÃO

Para determinar a solução mais vantajosa, aplica-se a metodologia de Custo Total de Posse (CTP) ou *Total Cost of Ownership* (TCO), integrando os custos diretos e indiretos vinculados ao ciclo de vida do objeto, conforme orientado pelo Caderno de Logística do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Metodologia de Custos Indiretos

A fórmula para o cálculo dos custos indiretos (CI) é:

$$CI = CO + CM + CD$$

Onde cada componente é analisado detalhadamente:

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

1. **Custos de Operação (CO):** Incluem os gastos com energia elétrica para manutenção da carga de flutuação e a depreciação do bem ao longo de 24 meses. Para 196 baterias, o consumo de energia para flutuação é marginal, mas deve ser considerado na eficiência energética do carregador do nobreak.
2. **Custos de Manutenção (CM):** Referem-se à necessidade de vistorias periódicas, medição de impedância interna e a mão de obra para substituição de unidades que falham prematuramente. Em um modelo de aquisição, se não houver contrato de manutenção em vigor, esse custo é suportado internamente ou por meio de contratações spot.
3. **Custos de Descarte (CD):** Por se tratar de resíduo perigoso contendo chumbo e ácido sulfúrico, o descarte deve seguir a Resolução CONAMA nº 401/2008. O custo envolve a logística reversa para o fabricante ou centro de reciclagem licenciado.

Comparativo Econômico Estimado (196 Unidades / 24 Meses)

| Elemento de Custo | Aquisição (Estimado) | Locação de Baterias (Estimado) |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| Preço Unitário de Aquisição (CA) | R\$ 522,50 | R\$ 0,00 |
| Custo Total de Aquisição (196 un) | R\$ 102.410,00 | R\$ 0,00 |
| Taxa Mensal de Locação (Unitária) | R\$ 0,00 | R\$ 35,00 |
| Custo Total de Locação (24 meses) | R\$ 0,00 | R\$ 164.640,00 |
| Custo Total da Posse (CTP) | R\$ 102.410,00 | R\$ 164.640,00 |

A análise demonstra que, para o quantitativo de 196 unidades e o prazo de 24 meses, a aquisição apresenta uma economia estimada de aproximadamente 38,8% em relação à locação. A vida útil de uma bateria estacionária de boa qualidade, como as das marcas Moura ou Freedom, operando em condições controladas de temperatura (25°C), é de 3 a 5 anos. Portanto, ao final dos 24 meses de planejamento, as baterias adquiridas ainda possuirão valor residual e utilidade operacional, enquanto na locação, o desembolso seria integralmente consumido sem a permanência do patrimônio.

3.4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Após a análise das duas soluções apresentadas, a opção escolhida é a Aquisição de baterias para nobreaks. Esta decisão baseia-se na expressiva economia de escala e no fato de que o órgão possui infraestrutura básica para a gestão desses ativos. O risco de manutenção pode ser mitigado pela exigência de uma garantia contratual estendida para 24 meses, alinhando a responsabilidade do fabricante ao período crítico de utilização. Ademais, a logística reversa será incluída como obrigação da

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.

Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

contratada no ato da entrega ou mediante sistema de "troca com bônus", onde o fornecedor recolhe as baterias antigas, reduzindo o custo CD a zero ou gerando créditos para a Administração.

3.5 ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES SIMILARES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No contexto do levantamento de mercado para busca de soluções para contratações públicas, foram identificadas contratações com o objeto semelhante, assim foram realizadas buscas por aquelas que sejam similares para correta comparação. A prospecção de mercado foi realizada por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Desse modo, temos as seguintes contratações abaixo:

| ÓRGÃO | PREGÃO ELETRÔNICO | OBJETO | VALOR UNITÁRIO |
|--|-------------------------------------|---|---|
| TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL | 930005/2025/TC-DF | Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de 480 (quatrocentos e oitenta) baterias tipo estacionária VLRA, sem manutenção, tensão nominal 12V, capacidade nominal de 9Ah (ITEM 1) e 48 (quarenta e oito) baterias tipo estacionária CHUMBO ACIDO, sem manutenção, tensão nominal 12V, capacidade nominal de 40Ah (ITEM 2), para a reposição dos bancos de baterias dos nobreaks do Plenário, da STI e do subsolo do Edifício Anexo do TCDF. Id contratação PNCP: 00534560000126-1-000006/2025 | R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais) |
| MUNICIPIO DE MARTINOPOLIS - SP | Ata de Registro de Preços 0008/2025 | REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de forma parcelada de equipamentos de informática, peças e licença de software, para atender as necessidades de todos os Departamentos da Municipalidade. Id ata PNCP: 44855443000130-1-001266/2024-000001 | R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) |
| MUNICIPIO DE TUPANCIR | ARP Nº 03/2025 | AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA INFRAESTRUTURA DE REDE SISTEMA DE REGISTRO DE PRECO - | R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais.) |

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

| | | | |
|---|-------------------------|--|---|
| ETA - RS | | Id ata PNCP: 88227764000165-1-001453/2025-000002 | |
| SERVICO AUTONOM O DE AGUA E ESGOTO S A A E - Itapemirim /ES | 0005/2025-Itapemirim/ES | AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - Id contratação PNCP: 27780220000131-1-000093/2025 | R\$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais.) |

Identificação de Fornecedores e ME/EPP

O mercado de baterias chumbo-ácido é caracterizado por uma cadeia de suprimentos robusta, com fabricantes nacionais de grande porte e uma vasta rede de distribuidores.

| Empresa | Perfil | Atuação |
|----------------------------|-----------------------|--|
| Cleide Beatriz Ioris LTDA | ME/EPP | Atuante em certames no Norte do país para itens de informática. ¹ |
| Braspower | Grande Distribuidor | Especialista em sistemas de energia e baterias VRLA. ² |
| Reis Baterias | ME/EPP / Distribuidor | Forte presença em portais de compras e e-commerce corporativo. ³ |
| Acumuladores Moura S/A | Fabricante | Líder de mercado, fornece suporte técnico e rede de assistência. ⁴ |
| Johnson Controls (Freedom) | Fabricante | Referência técnica com a linha Freedom de baterias estacionárias. ⁵ |

A análise de mercado confirma a existência de inúmeras Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) capazes de fornecer o objeto. Dado que o valor estimado (196 un x R\$ 522,50 = R\$ 102.410,00) ultrapassa ligeiramente o limite de R\$ 80.000,00 para a exclusividade total prevista no Art. 48, I da Lei Complementar 123/2006, recomenda-se a aplicação da cota reservada de 25% para ME/EPP, ou a ampla concorrência com o benefício do empate ficto, o que garante a competitividade sem restringir o acesso a grandes distribuidores que podem oferecer melhores condições de logística reversa.

3.5 CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.

Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

Após avaliar as alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a **SOLUÇÃO 1 – Aquisição de baterias para nobreaks**, em conformidade com as normas ABNT constitui a opção mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação será realizada por meio de **pregão eletrônico**, incluindo cláusulas de garantia técnica e logística reversa, o que permite:

- Reduzir custos indiretos;
- Aproveitar a longa vida útil dos equipamentos de primeira linha;
- Garantir segurança e conformidade técnica.

Dessa forma, a aquisição direta se apresenta como a alternativa mais eficiente do ponto de vista econômico e técnico, assegurando benefícios ao erário público e sustentabilidade no uso dos recursos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição de baterias estacionárias para Nobreaks tem o objetivo de garantir a continuidade operacional dos sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a proteção dos equipamentos críticos contra falhas no fornecimento de energia elétrica. A iniciativa inclui a aquisição de baterias novas, dentro do prazo de validade, compatíveis com os Nobreaks existentes, e dimensionadas para suportar o tempo necessário de operação durante interrupções de energia prolongadas.

O processo de aquisição será conduzido de forma a atender critérios de qualidade, confiabilidade e eficiência energética, incluindo:

- Compatibilidade técnica: seleção de baterias com características elétricas e de capacidade compatíveis com os Nobreaks em uso;
- Garantia e certificação: fornecedores devem apresentar certificações e garantias que assegurem a vida útil e desempenho das baterias;
- Substituição preventiva: implementação de cronograma de substituição periódica para evitar falhas decorrentes de baterias vencidas ou desgastadas;
- Monitoramento e manutenção: integração das baterias aos sistemas de gestão dos Nobreaks para monitoramento contínuo, garantindo o registro de indicadores de desempenho e alertas de necessidade de substituição.

Essa solução busca maximizar a disponibilidade e confiabilidade dos serviços essenciais, reduzir riscos de perda de dados, prevenir danos aos equipamentos e assegurar a eficiência operacional da infraestrutura tecnológica. Além disso, a aquisição planejada permitirá uma gestão adequada do ciclo de vida das baterias e dos Nobreaks, garantindo que os investimentos em equipamentos críticos sejam plenamente aproveitados.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Segue abaixo a tabela com quantitativos da contratação, conforme Portaria nº 138/2023/TCE, a qual versa que "as estimativas" devem ser lastreadas em estudo técnico ou na média histórica das aquisições nos últimos 03 (três) anos.

O quantitativo solicitado de **196 (cento e noventa e seis) baterias**

estacionárias foi definido com base no levantamento técnico realizado no parque de nobreaks em operação nas unidades da SEFAZ-PB, considerando a quantidade total de baterias atualmente instaladas e em funcionamento.

| ITEM | 2023 | 2024 | 2025 | QUANTIDADE SOLICITADA | JUSTIFICATIVA |
|--|------|------|------|-----------------------|---------------|
| BATERIA estacionária de 45 Ah, 12 volts, não recondicionada e não remanufaturada. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O item deve obedecer as Normas da ABNT | 0 | 196 | 0 | 196 | (*) |

Segue abaixo, o levantamento com quantitativos e informações do material a ser adquirido para os nobreaks por localidade:

| LOCALIDADE | MUNICÍPIO | QUANTIDADE | CAPACIDADE |
|----------------------------------|-------------|---------------------|------------|
| Centro Administrativo - SEFAZ-PB | João Pessoa | 158 | 45 Ah |
| GTI – SEFAZ-PB | João Pessoa | 38 | 45 Ah |
| Total | | 196 baterias | |

Justificativa do Quantitativo (*)

Cada nobreak possui quantidade específica de baterias para assegurar autonomia e desempenho adequados, sendo tecnicamente recomendável a **substituição integral do conjunto**, a fim de evitar desequilíbrio de carga, perda de eficiência, sobrecarga do sistema e redução da vida útil dos equipamentos. A substituição parcial não se mostra adequada do ponto de vista técnico-operacional.

A necessidade de troca integral decorre do fato de que as baterias atingem vida útil média estimada em aproximadamente **24 meses**, período após o qual aumenta significativamente o risco de falhas, comprometendo a continuidade do fornecimento de energia aos equipamentos de TIC e podendo ocasionar danos ao patrimônio público.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

A aquisição está alinhada ao planejamento de **reposição bienal**, adotado conforme o ciclo de vida útil do material, garantindo previsibilidade orçamentária, continuidade operacional e mitigação de riscos financeiros.

Memória de Cálculo

Conforme levantamento técnico realizado, encontram-se instaladas **196 baterias estacionárias de 45Ah/12V** nos nobreaks atualmente em operação.

- **2023:** Não houve aquisição.
- **2024:** Aquisição de 196 unidades para substituição integral.
- **2025:** Não houve aquisição, considerando que a vida útil estimada é de aproximadamente 24 meses.

O quantitativo solicitado corresponde, portanto, à totalidade das baterias necessárias para substituição completa do parque instalado, considerando a política de reposição integral bienal, com vistas à manutenção da segurança energética dos equipamentos de TIC e à preservação do patrimônio público.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A metodologia de pesquisa de preços para contratações realizadas por órgãos públicos deve seguir as orientações do art. 6º do Decreto Estadual nº 42.967 de 25 de outubro de 2022, onde sugere que a pesquisa de preços para o valor estimado da contratação será realizada por meio de contratações similares feitas pela Administração Pública.

Destaca-se, ainda, a impossibilidade de cumprimento do inciso I (Painel de Preços), considerando que o instrumento não recebe atualizações desde 04 de julho de 2025, data de seu último registro oficial. A interrupção na alimentação da base de dados impede que o Painel retrate as condições atuais de mercado. Apesar de permanecer acessível para consulta histórica, a ausência de informações atualizadas compromete sua confiabilidade como parâmetro para definição de preços de referência, já que não abrange as variações econômicas subsequentes.

Diante do exposto, constata-se que o Painel de Preços deixou de se configurar como uma fonte eficaz e confiável para a pesquisa de preços na instrução processual, sendo necessária a utilização dos demais instrumentos previstos na legislação.

Em razão disso, optou-se por priorizar o inciso III do mesmo Decreto, que prevê:

“Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro e preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.”

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

Com base nesse critério, foi localizada as seguintes aquisições similares no PNCP, devidamente anexada:

1. <https://pncp.gov.br/app/editais/27780220000131/2025/93>
2. <https://pncp.gov.br/app/atas/88227764000165/2025/1453/2>
3. <https://pncp.gov.br/app/atas/44855443000130/2024/1266/1>
4. <https://pncp.gov.br/app/editais/00534560000126/2025/6>

| Item | Descrição | QTDE | Valor Unitário | Valor Total (R\$) |
|------|--|------|----------------|-------------------|
| 1 | BATERIA estacionária de 45 Ah, 12 volts, não recondicionada e não remanufaturada. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O item deve obedecer as Normas da ABNT | 196 | 522,50 | 102.410,00 |

A metodologia aplicada para a obtenção do valor foi a média. **MENOR PREÇO. O Valor estimado total da aquisição é de R\$ 102.410,00** (cento e dois mil e quatrocentos e dez reais).

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento do objeto não se mostra indicado visto que a facilitação do gerenciamento do contrato e não haver prejuízo quanto à competitividade, visto que os valores estipulados foram previamente estudados e aprovados.

Portanto, o fracionamento do objeto não se mostra viável na presente contratação, em virtude das suas características e suas obrigatórias interações, que impossibilitariam a atribuição, a diferentes contratadas, eventual responsabilidade por danos ou por defeitos de execução.

Ademais, a contratação por preço global ensejará o planejamento e racionalização do trabalho, a melhor gestão dos contratos, o adequado

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.

Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

cumprimento de prazos e padrões de qualidade, além da atribuição de responsabilidade pelos serviços executados.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não será necessária qualquer outra contratação correlata e/ou interdependente.

9. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O objeto da contratação foi previsto no Plano Anual de Contratações – PAC . A inclusão do objeto da contratação no PAC demonstra que está alinhado com as prioridades e estratégias estabelecidas pela instituição para o período em questão. Isso sugere que a contratação foi cuidadosamente planejada e está em conformidade com as metas e objetivos definidos.

O PAC proporciona transparência e previsibilidade aos processos de contratação, permitindo que fornecedores e outras partes interessadas tenham conhecimento antecipado das necessidades de contratação da instituição. Isso contribui para um ambiente mais justo e competitivo no mercado de fornecedores.

Além disso, ao planejar as contratações com antecedência, o PAC permite uma melhor alocação de recursos, evitando contratações emergenciais ou improvisadas que podem resultar em custos mais elevados ou em serviços de menor qualidade.

O alinhamento com o PAC facilita a gestão e execução dos contratos, uma vez que as necessidades de contratação estão alinhadas com o planejamento estratégico da instituição. Isso ajuda a garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que as metas institucionais sejam alcançadas de maneira eficaz.

Portanto, a inclusão do objeto da aquisição no PAC evidencia um processo de contratação planejado e estruturado, em linha com as diretrizes e objetivos da instituição, promovendo transparência, eficiência e otimização de recursos.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

O objetivo da aquisição de baterias para os Nobreaks é garantir a continuidade e a confiabilidade dos sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) frente a falhas no fornecimento de energia elétrica. Por meio da utilização de baterias dentro do prazo de validade, busca-se:

- Preservar a vida útil dos equipamentos permitindo seu adequado desligamento em caso de falha no serviço elétrico;
- Garantir a disponibilidade e a continuidade dos sistemas e serviços essenciais de TIC durante falhas prolongadas de fornecimento de energia pela concessionária de energia elétrica;
- Evitar problemas e danos aos Nobreaks pelo uso de baterias vencidas;
- Evitar perda de dados em razão de falta de energia abrupta ou oscilação de energia;
- Garantir a máxima vida útil dos Nobreaks mediante a utilização de baterias dentro do prazo de validade.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Previamente ao contrato a Administração deverá designar servidores capacitados para atuarem como fiscais do contrato para realizarem as devidas fiscalizações contratuais. Esses fiscais serão responsáveis por supervisionar a correta entrega dos bens adquiridos, garantindo o cumprimento dos termos acordados.

12. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. A aquisição de baterias estacionárias para nobreaks envolve potenciais impactos ambientais, especialmente em razão da composição química desses equipamentos, que normalmente contêm chumbo, ácido sulfúrico e outros componentes potencialmente poluentes.

Os principais impactos ambientais associados ao objeto são:

- Geração de resíduos perigosos, ao final da vida útil das baterias, exigindo destinação ambientalmente adequada;
- Risco de contaminação do solo e da água, caso haja descarte irregular ou vazamento de substâncias químicas;
- Impactos decorrentes do processo produtivo, envolvendo extração de matérias-primas e consumo de energia na fabricação;
- Emissões associadas ao transporte e logística do material até o local de entrega.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- Exigência de que as baterias atendam às normas técnicas e ambientais vigentes;

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

- Comprovação de que o fabricante ou fornecedor realiza a logística reversa, nos termos da legislação ambiental aplicável;
- Destinação ambientalmente adequada das baterias substituídas, por meio de empresa licenciada para coleta e reciclagem de resíduos perigosos;
- Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seu processo produtivo.

Ressalta-se que a substituição preventiva das baterias também contribui para evitar danos aos equipamentos e descarte prematuro de bens permanentes, reduzindo impactos ambientais indiretos.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Esta contratação como já foi explicitada é de extrema necessidade para este Órgão. Além disso, esta contratação faz parte do planejamento anual desta Secretaria e há disponibilidade orçamentária para se concretizar esta contratação. O processo todo será tramitado conforme as leis, regulamentos e normas aplicáveis.

A futura contratada deverá se enquadrar nas especificidades necessitadas desta secretaria, bem como possuir a capacidade técnica e operacional para garantir a prestação de serviço com eficiência e eficácia.

Após o levantamento das alternativas disponíveis no mercado e a avaliação das soluções tecnicamente viáveis, verificou-se que a solução em questão é a que agrega valor a SEFAZ-PB em termo de eficiência, de eficácia e de economicidade, pois apresenta elementos que justifiquem a sua escolha como solução adequada para atender aos requisitos básicos desse Estudo Preliminar. A solução contribui para a preservação da vida útil dos equipamentos de TIC, garantindo segurança e mitigando os riscos de indisponibilidade dos Nobreaks.

A contratação está perfeitamente alinhada com a necessidade de manter a continuidade e disponibilidade dos serviços de TIC.

Por conseguinte, por atender de forma integral a demanda em questão, e sendo a opção mais vantajosa para a SEFAZ-PB, optamos pela solução "1 – Aquisição de Baterias para Nobreaks".

Conclui-se, portanto, que observando as boas práticas administrativas adotadas por Órgãos Públicos da Administração Direta ou Indireta, aliado ao ganho em eficiência, economicidade, foco na especialidade do Órgão e facilidade na gestão de pessoas, entende-se que a **aquisição de baterias para nobreaks** mostra-se viável técnica e operacionalmente. Além de ser necessária para garantir a continuidade dos serviços institucionais e o pleno funcionamento do ambiente de tecnologia da informação, em conformidade com as políticas e diretrizes vigentes de gestão de TIC na Administração Pública.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

João Pessoa, 06 de março de 2026.

Histórico de versões:

Criado em: 06/03/2026

Elaborado por:

ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO

Subgerente de Operações

Matrícula: 146.523-6

(Assinado eletronicamente)

Aprovado por:

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

Secretário de Estado da Fazenda

Matrícula: 171.798-7

(Assinado eletronicamente)

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.
Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

Ata nº 3/2026

Última atualização 21/01/2026



Local: Tupanciretã/RS **Órgão:** MUNICIPIO DE TUPANCIRETA **Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico
Data de divulgação no PNCP: 21/01/2026 **Data de assinatura:** 19/01/2026 **Vigência:** de 19/01/2026 a 19/01/2027
Id ata PNCP: 88227764000165-1-001453/2025-000002 **Fonte:** GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em Serviços
Id contratação PNCP: 88227764000165-1-001453/2025

Objeto:

AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA INFRAESTRUTURA DE REDE SISTEMA DE REGISTRO DE PRECO

Arquivos

Histórico

| Nome | Data/Hora de Inclusão |
|----------------------|-----------------------|
| Ata 03 SEEP Comercio | 21/01/2026 - 10:53:15 |

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.
Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.

Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

Ata nº 98/2024

Última atualização 24/03/2025



Local: Martinópolis/SP **Órgão:** MUNICIPIO DE MARTINOPOLIS **Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 24/03/2025 **Data de assinatura:** 05/03/2025

Vigência: de 06/03/2025 a 06/03/2026

Id ata PNCP: 44855443000130-1-001266/2024-000001 **Fonte:** Fiorilli Software

Id contratação PNCP: [44855443000130-1-001266/2024](#)

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de forma parcelada de equipamentos de informática, peças e licença de software, para atender as necessidades de todos os Departamentos da Municipalidade

Arquivos Histórico

| Nome ↕ | Data/Hora de Inclusão ↕ |
|-------------------------------------|-------------------------|
| ATA_REGISTRO_DE_PRECO_-_PNCP_98.pdf | 24/03/2025 - 14:36:23 |
| ATA_REGISTRO_DE_PRECO_-_PNCP_98.pdf | 24/03/2025 - 14:38:47 |
| ATA_REGISTRO_DE_PRECO_-_PNCP_98.pdf | 24/03/2025 - 14:38:50 |
| ATA_REGISTRO_DE_PRECO_-_PNCP_98.pdf | 24/03/2025 - 14:38:53 |
| ATA_REGISTRO_DE_PRECO_-_PNCP_98.pdf | 24/03/2025 - 14:38:56 |

Exibir: 5 1-5 de 24 itens

Página: 1 < >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.
Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.
Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

Editais nº 0020/2025

Última atualização 13/01/2026



Acessar Contratação

Local: Itapemirim/ES **Órgão:** SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO S A A E

Unidade compradora: 27780220000131 - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 29/10/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 30/10/2025 00:01 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 11/11/2025 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 27780220000131-1-000093/2025 **Fonte:** Bolsa Nacional De Compras - BNC

Objeto:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 209.818,61

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA
COMPRA

R\$ 128.711,30

Itens Arquivos Histórico

Número Descrição Quantidade Valor unitário estimado



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.
Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

| | | | |
|---|---|----|--------------|
| 1 | MONITOR 24 LED ERGONOMICO MONITOR ERGONOMICO COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:- TAMANHO DA TELA: 24;- ORIENTACAO DA TELA: WIDESCREEN 16:9;- RESOLUCAO: FULL HD 1920X1080;- TIPO DA TELA: LED;- CONECTIVIDADE: HDMI E VGA;- ERGONOMIA: COM AJUSTE DE ALTURA;- RCTACAO: HORIZONTAL E VERTICAL;- INCLINACAO, BRILHO DE 250CD/M2;- TEMPO DE RESPOSTA: 2MS;- TAXA DE ATUALIZACAO: 75HZ;- ENERGIA: RIVOLT;- COR: PRETO;- VFSA: SIM;- MENU DE CONFIGURACAO: SIM;- SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATIVEIS COM TODAS AS VERSOES DO MICROSOFT WINDOWS, LINUX, ANDROID, MACOS E CHROMEOS;- GARANTIA DO FORNECEDOR: 12 MESES;- ITENS INCLUSOS: MONITOR, BASE AJUSTAVEL, FONTE DE ENERGIA E CABO HDMI. | 12 | R\$ 975,49 |
| 2 | MONITOR CURVO 24 MONITOR CURVO 24Monitor curvo 24 com as seguintes características:Tela: Mínimo de 23;Curvatura: R1500;Taxa de Hz: 100hz;Brilho: 250cd/m2;Tempo de Resposta: 5ms;Resolução: 1920x1080 Full Hd;HDMI: Sim (Acompanha cabo);VGA: Sim;Audio Out : Sim;Voltagem: 12v/3a;Consumo: 32w Stand By: 0.5w;Freesync;Filtro de Luz Azul;Inclinação: -50- 150;Base Fixa;Antirreflexo;Ângulo de Visão: H:178Ov:178O;Acompanha: HDMI, Manual, Parafusos, Pano para Limpeza;Garantia: 12 meses. | 7 | R\$ 806,67 |
| 3 | MICROCOMPUTADOR FORMATO MINI MICROCOMPUTADOR FORMATO MINIMicrocomputador formato mini com as seguintes características:Processador: O processador deve ser do segmento desktop;O processador deve ser da linha I5 ou Ryzen 5 ou linha superior;01 (um) processador com 06 núcleos e 12 threads ou superior;Turbo frequência de 4.4Ghz ou superior;Memória cache de 18MB ou superior;Deve possuir 02 canais de memória;Suporte de sistemas operacionais de 32 e 64 bits;Deve possuir suporte a virtualização;TDP de 35w ou superior;Processador com data de lançamento do ano de 2022 em diante.Placa Mãe (motherboard): A placa mãe deve ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado, não sendo aceitas soluções em regime OEM ou | 5 | R\$ 7.116,67 |



customizadas; Deve possuir chip de segurança dedicado no padrão TPM no mínimo na versão 2.0, integrado a placa mãe; Deve possuir 1 slot M.2; Deve possuir 2 slots DDR4; O chipset deve pertencer a geração mais recente disponibilizada pelo fabricante, compatível com o processador ofertado; Deve possuir 01 interface Gigabit Ethernet de rede nativa no padrão RJ45, devendo operar no full-duplex em todas as velocidades (10/100/1000Mbps); Deve permitir resolução de 1920x1080; Deve possuir opção para conector HDMI e Display Port; Deve possuir interfaces de áudio com entrada para microfone; Deve possuir no mínimo 04 interfaces USB tipo A sendo pelo menos uma no formato 3.0; BIOS: Deve ser plug Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, implementada em memória flash, atualizável por software; Deve possuir recursos de senha de acesso para configuração do setup e usuário, recursos para habilitar/desabilitar portas seriais e USB's; DISCOS RÍGIDOS: 01 unidade SSD NVME de 256GB ou superior devidamente instalada; A unidade de armazenamento deve ser item homologado pelo fabricante do equipamento; A unidade de disco sólido ofertada deve oferecer o mesmo nível de suporte e garantia do equipamento proposto, prestados pelo fabricante; Memória RAM: Deverá conter 8GB DDR4; Capacidade de exp

| | | | |
|---|--|---|--------------|
| 4 | <p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER Impressora multifuncional laser com recursos equivalentes, similares ou de melhor qualidade do que o modelo Multifuncional Laser Mono Brother DCP-L2540DW com Wireless, sendo esse referenciado como parâmetro de qualidade, com as seguintes características:- Tecnologia de Impressão: Laser Eletrofotográfico;- Velocidade de Impressão: 30 páginas por minuto;- Resolução de Impressão: Até 2400x600dpi;- Sistema Operacional Compatível: Windows e Mac OS;- Capacidade ADF: 35 páginas no alimentador automático de documento;- Velocidade da Cópia: 30 cópias por minuto;- Redução/Ampliação: 25-400%;- Tamanho do Vidro de Exposição: Carta e A4;- Digitalização: Monocromático e Colorido;- Resolução de Digitalização: Interpolada: 19200x19200dpi, Óptica: 600x2400dpi;- Digitalizar para: E-mail, Imagem, OCR, Arquivo e SharePoint;- Formato de Arquivo de Digitalização: TIFF, BMP, MAX, JPG, PDF, PDF Seguro,</p> | 7 | R\$ 4.749,89 |
|---|--|---|--------------|



PNG e XPS;- Compatibilidade com Scanner: Windows e Mac OS;- Capacidade do Papel: Entrada: 250 folhas na bandeja, Saída: 100 folhas;- Capacidade de Impressão Duplex: Sim;- Capacidade do Papel no ADF: Carta, Ofício, Executivo, A4, A5, A6, B5, B6, Envelopes;- Capacidade da Gramatura: 24 a 75g/m2;- Capacidade do Tamanho do Papel no ADF: 216x355mm;- Conexão Padrão: Wireless 802.11 b/g/n, USB 2.0, Ethernet 10/100;- Memória Padrão: 32MB;- Ciclo Mensal: 10.000 páginas;- Conteúdo da Caixa: Brother? DCP-L2540DW, Toner Inicial para 700 páginas aprox, Unidade de Imagem DR2340 para 12.000 páginas, Guia de Instalação, Manual do Usuário, Cabo de Alimentação CA, CD de Instalação;- Deve vir com + 2 toners extras;- Garantia: 12 Meses;

| | | | |
|---|---|---|-------------|
| 5 | <p>TABLET 9 HD (1340 X 800), WVA, SENSIVEL AO TOQUE, 400 NITS</p> <p>TABLET COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:- PROCESSADOR: PROCESSADOR MEDIATEK HELIO G80 (2,00 GHZ);- SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 12;- MEMORIA: 4 GB LPDDR4X (SOLDADO);- ARMAZENAMENTO: 64 GB EMMC;- TELA: 9 HD (1340 X 800), WVA, SENSIVEL AO TOQUE, 400 NITS;- CAMERA: FF FRONTAL 2MP + AF TRASEIRO 8MP;- BATERIA: POLIMERO DE LITIO DE 1 CELULA 5100,0 MAH;- ALIMENTACAO: 10W;- WIFI: 11 A/B/G/N/AC BLUETOOTH@ 5.1;- COR: ARCTIC GREY;- ITENS INCLUSOS: TABLET, CAPA FOLIO, CABO DE CARREGAMENTO USB-C 2.0, ADAPTADOR DE CARGA 5V/2A, GUIA DE INICIO RAPIDO, SEGURANCA E GARANTIA, PINO DA BANDEJA SIM;- DEVE ACOMPANHAR AINDA: CAPA A PROVA DE QUEDA, MATERIAL BORRACHA, COM CORREIA, COM TAMPA, COM SUPORTE PARA LAPIS, COM SUPORTE AJUSTAVEL, COM SUPORTE PARA MAO, GIRATORIA, RESISTENTE A CHOQUES E A PROVA D'AGUA;- GARANTIA: 1 ANO.</p> | 9 | R\$ 1146,67 |
| 6 | <p>PLACA MAE LGA 1155 PLACA MAE LGA 1155 Placa mae lga 1155 com as seguintes características:- LGA 1155 para intel 2A e 3 A geracao;- CPU: Suporta processadores I3, I5 e I7;- Memória suportada: DDR3 1066/1333 SDRAM - Maximo de 16 GB;- Slot Memória: 2;- Lan: 10/100 Mbps;- Armazenamento: 4 x portas sata 3 Gb/s;- Conexões: Painel traseiro (1 x Porta VGA, 1 x Porta HDMI, 6 x Portas USB 2.0, 1 x Conector LAN, 3 x Conectores de áudio flexíveis.</p> | 6 | R\$ 263,33 |

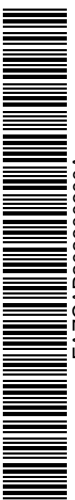


| | | | |
|----|--|-----|------------|
| | Conectores internos(1 x Conector USB 2.0, 1 x Conector USB de 19 pinos, 1 x Conector F_Panel, 1 x Conector F_Audio, 1 x Conector Auto_PWR, 1 x Conector DEBUG;- Slots: 1 x PCI Express 2.0 x 16 slot e 1 x PCI Express x1 slot;- Deve vir acompanhado de cabo sata, espelho traseiro e manual.- Garantia: 12 Meses. | | |
| 7 | PROCESSADOR I5 3A GERACAO PROCESSADOR I5 3A GERACAOProcessador I5 com as seguintes configuracoes;- Memoria suportada: DDR3;- Tamanho maximo de memoria suportada: 32 GB;- Cache: 6 MB;- Geracao: 3O;- Deve vir acompanhado de cooler. | 6 | R\$ 168,67 |
| 8 | BATERIA 12V 40A NOBREAK ESTACIONARIA BATERIA 12V 40A NOBREAK ESTACIONARIA | 2 | R\$ 651,00 |
| 9 | CONECTOR CAT 6 VAZADO CONECTOR CAT 6 VAZADOConector cat 6 vazado com as seguintes caracteristicas:Conector: Macho;Blindagem: Sim;Categoria: Cat.6Cor: Transparente;Modelo RJ45 EZ Crimp;Pinos: 8; | 100 | R\$ 0,40 |
| 10 | CONECTOR RJ - 45 CAT 5E MACHO CONECTOR RJ - 45 CAT 5E MACHOConector de 8 vias utilizado na confeccao de Patch cords para cabeamento estruturado | 100 | R\$ 0,40 |
| 11 | BATERIA ESTACIONARIA SELADA PARA NOBREAK 12V 7Ah BATERIA ESTACIONARIA SELADA PARA NOBREAK 12V 7AhBateria estacionaria selada para nobreak 12v 7ah com as seguintes caracteristicas:- Tensao nominal: 12V;- Capacidade nominal: 7 AH;- Aplicacao Nobreak (deve vir especificado no corpo da bateria o uso para nobreak);- Tecnologia: VRLA/AGM;- Dimensoes com terminais (L x C x A): 6,5 x 15,1 x 10 cm- 12 meses de garantia. | 20 | R\$ 123,33 |
| 12 | FONTE ATX 500W FONTE ATX 500WFonate atx 500w com as seguintes caracteristicas:- Potencia: 500W real;- Conectores: 24 Pinos, 4 sata;- Bivolt;- Chave liga/desliga;- Garantia: 12 meses. | 10 | R\$ 266,67 |
| 13 | CABO DE REDE CAT5E (AZUL) Cabo de rede CAT5e UTP, cabo de pares trancados compostos de condutores solidos de cobre, capa externa em PVC com as seguintes caracteristicas:- Cor Azul;- 24AWG;- Sem conector;- Mensagem no cabo: Homologado | 1 | R\$ 810,00 |



marcação metro a metro,- homologação pela Anatel:- Cabo trancado não blindado;- Anti-chamas;- Caixa fechada com 305 metros de cabo

| | | | |
|----|---|----|------------|
| 14 | COOLER CPU INTEL LGA 1150.1151.1155.1156. I3. I5. I7 COOLER CPU COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:- COOLER BCX INTEL- CONECTOR DE 4 PINOS- MONTAGEM: SEM SUPORTE INFERIOR NAO E PRECISO RETIRAR A PLACA- MAE DO GABINETE- DISSIPADOR: INTEIRO EM ALUMINIO- DIMENSOES E PESO: VENTILADOR: 90 X 90 X 25MM COMPLETO 90 X 90 X 65 MM 120 GRAMAS- ROTACAO: 2.200 RPM PWM ± 10%- FLUXO DE AR: 45 CFM ± 10%- RUIDO: 26 DBA- TIPO DE ROLAMENTO: SLEEVE- VOLTAGEM: 12 VDC- PASTA TERMICA ORIGINAL INTEL COMPATIVEL COM TODAS AS GERACOES DE PROCESSADORES DAS LINHAS:- LGA 1156 CELERON, PENTIUM E 1A GERACAO DOS PROCESSADORES CORE- I3,I5 E I7- LGA 1155 CELERON, PENTIUM E 2A E 3A GERACAO DOS PROCESSADORES CORE- I3,I5 E I7- LGA 1150 CELERON, PENTIUM E 4A GERACAO DOS PROCESSADORES CORE- I3,I5 E I7- LGA 1151 CELERON, PENTIUM E 6A GERACAO DOS PROCESSADORES CORE- I3,I5 E I7- LGA 1151 CELERON, PENTIUM E 7A GERACAO DOS PROCESSADORES CORE- I3,I5 E I7- LGA 1151 CELERON, PENTIUM E 8A GERACAO DOS PROCESSADORES CORE- I3,I5 E I7- LGA 1151 CELERON, PENTIUM E 9A GERACAO DOS PROCESSADORES CORE- I3,I5 E I7CONDICAO:PRODUTO ORIGINAL INTEL NOVO | 7 | R\$ 86,33 |
| 15 | NOBREAK 720VA BIVOLT 6 TOMADAS Nobreak 700VA bivolt com 6 tomadas com recursos equivalentes, similares ou de melhor qualidade do que o modelo Nobreak Intelbras Xnb 700VA bi, sendo esse referenciado como parametro de qualidade, com as seguintes características:- Nobreak interativo 720VA / 360W;- 6 níveis de proteção: Contra sobrecarga, curto- circuito, sobreaquecimento, sub/sobre tensão da rede elétrica, descarga total de baterias e sobrecarga das baterias;- 6 tomadas de saída;- Possui 1x bateria de 7Ah;- Restart automático;- Carregamento automático;- Função DC Start;- Função silenciar;- Sistema de sincronismo ? PLL;- Carregamento inteligente das baterias;- Sinalizações audiovisuais;- Garantia: 12 Meses. | 15 | R\$ 705,00 |
| 16 | MOUSE OPTICO COM FIO USB Mouse | 15 | R\$ 50,78 |



| | | | |
|----|---|----|------------|
| | optico com fio, conexao USB, com garantia minima de 03 (tres) anos (equivalente ou similar ao logitech) | | |
| 17 | TECLADO COM FIO USB Teclado com fio, conexao USB, com garantia minima de 03 (tres) anos (equivalente ou similar ao logitech); | 15 | R\$ 64,67 |
| 18 | KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO Kit teclado e mouse sem fio com as seguintes caracteristicas: Teclado: Vida util das pilhas: acima de 24 meses; Deve possuir base de apoio do punho embutido ao teclado; Teclas silenciosas; Layout PT-BR (deve conter a tecla c); padrao ABNT2; Posicoes para inclinacao: 3; Impressao nas teclas resistente ao desgaste; Sem fio de 2,4 GHz (ate 10m); Criptografia sem fio; Receptor USB pequeno; Botao liga/desliga; Bateria com luz indicadora; Teclado sem fio com pilhas alcalinas ou baterias inclusas (pre-instaladas) Cor: preta Mouse: Vida util das pilhas: acima de 18 meses; Formato ergonomico; Laterais de material do tipo emborrachado; Ambidestro; Rastreamento optico avancado; Quantidade de botoes: 3 (e roda de rolagem); Botao liga/desliga; Mouse sem fio com pilha alcalina ou baterias inclusas (pre-instaladas) Cor: preta Compatibilidade de Sistema Operacional Windows 10 ou superior; Garantia: 12 meses; | 6 | R\$ 187,00 |
| 19 | CAIXA DE SOM Caixa de som com as seguintes caracteristicas: - Potencia: 6W;- Alimentacao: USB - 5v;- Controle de volume: no cabo;- Conexao: P2;- Garantia: 12 Meses. | 10 | R\$ 65,17 |
| 20 | PASTA TERMICA 8G PASTA TERMICA COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: COR: CINZA; DENSIDADE: 2.50G/CM3; PESO DA UNIDADE: 8G; VISCOSIDADE: 31.600 EQUILIBRIO; RESISTIVIDADE VOLUMETRICA: 3,8 X 10 13 O-CM; TEMPERATURA DE USO CONTINUO: -50-150°C. | 3 | R\$ 75,00 |
| 21 | GABINETE GAMER GABINETE GAMER COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: COR: PRETO; MATERIAIS: ACO, PLASTICO; PAINEL LATERAL: VIDRO TEMPERADO; DIMENSOES: 390 X 203,5 X 430 MM INCL. SALIENCIAS / 377 X 203,5 X 410 MM EXCL. SALIENCIAS; VOLUME: 34.13L (EXCLUINDO SALIENCIAS); SUPORTE PARA PLACA MAE: MICRO-ATX, MINI-ITX; SLOTS: | 2 | R\$ 399,67 |



4;BAIAS: COMPARTIMENTOS DE
UNIDADE DE 3,5 1XCOMPARTIMENTOS
DE UNIDADE DE 2,5 2X;PAINEL DE E/S:
1X USB 3.2 GEN 1 TIPO A, 1X USB 3.2
GEN 1 TIPO C, 1X COMBINAÇÃO DE 3,5
MM;FAN PRE-INSTALADA: 1X
VENTILADOR PRETO DE
120MM;SUPORTE DE FANS: TOPO: 2X
120 MM / 2X 140 MM, FRONTAL: 3X
120 MM, TRASEIRO:
1X120MM;SUPORTE PARA RADIADOR:
FRONTAL: 120MM/240MM, TOPO:
20/140/240/280
MMTRASEIRO:120MM;LIBERAÇÃO -
COOLER DA CPU: 163,5
MM;LIBERAÇÃO PSU:
160MM;LIBERAÇÃO GFX: 365
MM;ROTEAMENTO DE CABOS - ATRAS
DA BANDEJA DA PLACA-MAE:
18MM;SUPORTE PARA FONTE DE
ALIMENTAÇÃO: MONTAGEM INFERIOR,
ATX

| | | | |
|----|--|---|-------------|
| 22 | SSD 512 GB SSD COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:FORMATO: 2.5;CAPACIDADE: 512 GB;COMPONENTES DE MEMÓRIA: 3D NAND;INTERFACE: SATA 6GB/S (SATA III);VELOCIDADE DE LEITURA: ATE 520MB/S;VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: ATE 450 MB / S; TEMPERATURA OPERACIONAL: 0°C-70°C;TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -40°C-85°C;GARANTIA: 12 MESES. | 5 | R\$ 313,33 |
| 23 | SSD 1 TB SSD COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:FORMATO: 2.5;CAPACIDADE: 1TB;COMPONENTES DE MEMÓRIA: 3D NAND;INTERFACE: SATA 6GB/S (SATA III);VELOCIDADE DE LEITURA: ATE 520MB/S;VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: ATE 450 MB / S; TEMPERATURA OPERACIONAL: 0°C-70°C;TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -40°C-85°C;GARANTIA: 12 MESES. | 2 | R\$ 612,67 |
| 24 | SSD 2 TB SSD COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:FORMATO: 2.5;CAPACIDADE: 2 TB;COMPONENTES DE MEMÓRIA: 3D NAND;INTERFACE: SATA 6GB/S (SATA III);VELOCIDADE DE LEITURA: ATE 550MB/S;VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: ATE 530 MB/S;GARANTIA: 12 MESES. | 2 | R\$ 1103,33 |
| 25 | SSD 256 GB SSD COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:FORMA: M.2 2280;INTERFACE: PCIE 3.0;CAPACIDADE: 256GB;VELOCIDADE DE LEITURA: 2280 MB/S; VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: 1800 MB/S; CONSUMO DE ENERGIA MAX.: 2.5W;TRW: 100TB;MTBF: 1.500.000 | 4 | R\$ 199,33 |



HOURS;STORAGE MEDIUM: 3D
NAND;GARANTIA: 12 MESES.

| | | | |
|----|---|----|--------------|
| 26 | SSD 2 TB M.2 SSD COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:FORMATO: M.2 2280;INTERFACE: NVME PCIE 4.0 X 4;CAPACIDADE: 2TB;LEITURA: 6000MBS; GRAVACAO 5000MBS;NAND: 3D;TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -40 ° C ~ 85 ° C;TEMPERATURA DE OPERACAO: 0 ° C ~ 70 ° C;DIMENSÕES: 22 MM X 80 MM X 2,2 MM;VIBRACAO NAO OPERACIONAL: 20G (20- 1000HZ);MTBF: 2.000.000 DE HORAS. GARANTIA: 12 MESES. | 2 | R\$ 1.310,00 |
| 27 | SSD 240GB SSD 240 GB com as seguintes caracteristicas:- Capacidade: 240GB;- Interface: SATA Rev. 3.0 6 Gb/s;- Fator de Forma: 2.5 Polegadas;- Garantia: 12 Meses. | 12 | R\$ 153,33 |
| 28 | PEN DRIVE 128 GB PEN DRIVE 128 GBPEN DRIVE COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:CAPACIDADE 128GB;LEITURA: 150 MB/S;ESCRITA: 45MB/S;INTERFACE: USB TYPE 3.2 E USB-C;DIMENSÕES 53*21*10MM;GARANTIA: 12 MESES | 5 | R\$ 96,67 |
| 29 | MEMORIA 8 GB Memoria 8 Gb com as seguintes caracteristicas:- Tipo DDR 4 2666 MHz com dissipador;- Garantia: 12 Meses. | 4 | R\$ 213,00 |
| 30 | MEMORIA 8GB DDR3 MEMORIA 8GB DDR3 COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:CAPACIDADE 8GBTIPO: DDR3FREQUENCIA: 1600MHZTENSÃO DE OPERACAO: 1.5VLATENCIA CAS: CL11FORMATO: DIMM (PARA DESKTOPS)COMPATIBILIDADE: PLACAS-MAE COM SUPORTE A DDR3 | 4 | R\$ 88,33 |
| 31 | NVD 32 CANAIS NVD 32 CANAIS COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: ESPECIFICACOES TECNICAS:SISTEMA: - PROCESSADOR PRINCIPAL INTEGRADO DE ALTA PERFORMANCE. - SISTEMA OPERACIONAL: LINUX® EMBARCADO.ENTRADAS DE VIDEO: - QUANTIDADE DE CANAIS: 32 CANAIS IPS. - PROTOCOLOS SUPOSTADOS: INTEL BRAS -1 F ONVIF PERFIL S, T F G. - RESOLUCAO: ATE 16 MP. - COMPRESSAO DE VIDEO: H.265*, H.265, H.264*, H.264, H.264H, H.264B, MJPEG.AUDIO: - COMPATIBILIDADE COM CAMERAS DE AUDIO: TODOS OS CANAIS IPS. - ENTRADA DE AUDIO: 1 RCA (15K O). - SAIDA DE AUDIO: 1 RCA (15K OI). - COMPRESSAO DE AUDIO SUPOSTADA: G711A, G711MU, PCM, | 1 | R\$ 3.300,00 |



AAC, G726, G723.SAIDA DE VIDEO: -
TIPOS DE SAIDA: 1 HDMI E 1 VGA -
RESOLUCOES DE SAIDA HDMI:
3840X2160, 1920X1080, 1280X1024, -
RESOLUCAO DE SAIDA VGA:
1920X1080, 1280X1024
1280X720.MOSAICO DA TELA: - TELA
PRINCIPAL: 1, 4, 8, 9, 16, 25, 36. - TELA
SECUNDARIA: 1, 4, 8, 9, 16. - MASCARA
DE PRIVACIDADE: 4 ZONAS
CONFIGURAVEIS POR CANAL. -
INFORMACOES EM TELA: NOME DO
CANAL, HORA, PERDA DE VIDEO,
BLOQUEIO DE CAMERA, DETECCAO
DE MOVIMENTO, GRAVACAO. -
RESOLUCOES SUPOSTADAS NA
VISUALIZACAO: 16MP, 12MP, 8MP, 5MP,
4MP, 2MP, 1.3MP, 1MP, 960H, D1, CIF. -
SUPORTE A PLANIFICACAO (CAMERA
FISHEYE): NAO POSSUI.GRAVACAO: -
BIT RATE: 165 MBPS (RECOMENDADO
ATE 133 MBPS PARA O STREAM
PRINCIPAL E 32 MBPS PARA O
STREAM EXTRA). - MODO DE
GRAVACAO: MANUAL, CONTINUA,
AGENDADA, DETECCAO DE
MOVIMENTO, MASCARAMENTO DE
CAMERA, PERDA DE VIDEO,
INTELIGENCIA. - CONFIGURACAO DE
DURACAO: 160MIN (PADRAO: 30 MIN.),
PRE-GRAVACAO: 14SEG, POS-ALARME:
1-300SEG. - RESOLUCOES
SUPOSTADAS NA GRAVACAO: 16MP,
12MP, 8MP, 5MP, 4MP, 2MP, 1.3MP, 1MP,
960H, D1, CIF (ATE 30
FPS).INTELIGENCIAS ARTIFICIAIS: -
RECONHECIMENTO FACIAL: -
CAPACIDADE PELO GRAVADOR: 1
CANAL. - CAPACIDADE PELA CAMERA:
8 CANAIS. - PROCESSAMENTO: 12
FACES/SEGUNDO. - BANCO DE
DADOS: 10 BANCOS, ATE 20 MIL
FACES. - LINHA E CERCA VIRTUAL: -
CAPACIDADE DO GRAVADOR: 4
CANAIS. - CAPACIDADE PELA CAMERA:
32 CANAIS. - DETECCAO DE FACE: -
CAPACIDADE PELO GRAVADOR: 1
CANAL. - CAPACIDADE PELA CAMERA:
8 CANAIS. -

32

CAMERA BULLET 2 MF CAMERA
BULLET COM AS SEGUINTE
CARACTERISTICAS: CAMERA:- SENSOR
DE IMAGEM: 1/2.8 2 MEGAPIXEL CMOS
(STARLIGHT)- OBTUTADOR
ELETRONICO: AUTOMATICO /
MANUAL (1/3S ~ 1/100000S)-
ILUMINACAO MINIMA: 0.006
LUX@F1.6- TIPO DE LENTE: FIXA-
DISTANCIA FOCAL: 3.6MM- ABERTURA
MAXIMA: F1.6- ANGULO DE VISAO
HORIZONTAL: 840- ANGULO DE VISAO
VERTICAL: 43- DISTANCIA MAXIMA DO
INFRVERMELHO: 40 METROS
(INTELIGENTE)- ZOOM DIGITAL: 16X
INTELIGENCIA ARTIFICIAL

20

R\$ 1.101,67



FAZCAP202600300A

EMBARCADA:- BUSCA INTELIGENTE
DE DETECCAO DE MOVIMENTO:
HUMANOS E VEICULOS-
INTELIGENCIA: PERIMETRAL LINHA
VIRTUAL E CERCA VIRTUAL
(CLASSIFICACAO DE HUMANOS E
VEICULOS) ANALISE DE VIDEO:-
DETECCAO DE MOVIMENTO: ATE 4
AREAS- REGIAO DE INTERESSE: ATE 4
AREAS- MASCARA DE VIDEO: ATE 4
AREAS- MUDANCA DE CENA:
SIMCOMPRESSAO DE VIDEO:- H.265 -
H.264 - H.264H - H.264B -
MJPEGVIDEO:- COMPRESSAO DE
VIDEO INTELIGENTE: SIM (H.265+)-
QUANTIDADE DE STREAMS: 3
STREAMS- TAXA DE FRAMES: 1 A 25
FPS- CONTROLE DE TAXA DE BITS:
CBR / VBRCOMPRESSAO:- G.711A -
G.711MU - G.726 - AACRESOLUCAO DE
IMAGEM:- 1080P (1920x1080) 16:9 -
1.3M (1280x960) 4:3 - 720P (1280x720)
16:9 - D1 (704 x 480) 22:15 - VGA (640 X
480) 4:3 - CIF (352 x 240) 22:15BIT RATE:
- H.264: 8KBPS A 8192 KBPS - H.265:
8KBPS A 8162 KBPS - MJPEG: 40 KBPS
A 6144 KBPS- MODOS DE VIDEO:
AUTOMATICO / COLORIDO / PRETO E
BRANCO- PERFIL DIA E NOITE:
AGENDAMENTO, DIA E NOITE-
COMPENSACAO DE LUZ DE FUNDO:
BLC / WDR (120 DB) / HLC- BALANCO
DO BRANCO: AUTOMATICO/MANUAL/
LUZ NATURAL/ ILUMINACAO
PUBLICA/ AMBIENTE EXTERNO/
PERSONALIZADO- ROTACAO DE
IMAGEM: 00/90C/180C/270C/AUDIO:-
INTERFACE DE AUDIO: MICROFONE
INTERNO- COMPRESSAO: G.711A:
G.711MU; G.726; AACREDE:- INTERFACE:
RJ45 (10/100BASE-T)- SERVICOS
DDNS: INTELBRAS DDNS, DDNS NO-IP,
DYNDNS- MAXIMO DE ACESSO DE
USUARIOS: 20 USUARIOS-
NAVEGADOR: INTERNET EXPLORER,
CHROME, FIREFOX- APLICACOES E
MONITORAMENTO: INTERFACE WEB
INTELBRAS SIM, INTELBRAS IP
UTILITY, DEFENSE IA, ISIC, ONVIF (S,G
E TI)PROTOCOLOS E SERVICOS
SUPORTADOS:- TCP - UDP - IPV4 - IPV6
- DHCP - ARP - ICMF - DNS - DDNS -
RTSP

33

CAMERA WI-FI 3MP CAMERA WI-FI
COM AS SEGUINTE
CARACTERISTICAS: ESPECIFICACOES
TECNICAS- SENSOR - LENTE FIXA: 3
MEGAPIXELS CMOS PROGRESSIVO-
SENSOR - LENTE MOVEL: 3
MEGAPIXELS CMOS PROGRESSIVO-
PIXELS EFETIVOS - LENTE FIXA: 2304
(H) X 1296 (V)- PIXELS EFETIVOS -
LENTE MOVEL: 2304 (H) X 1296 (V)-
RESOLUCAO REAL - LENTE FIXA: 3MP
(1296P)- RESOLUCAO REAL - LENTE

2

R\$ 1.393.33



FAZCAP202600300A

MOVEL: 3MP (1296P)- LENTE FIXA: 3,6
MM- LENTE MOVEL: 3,6 MM- ANGULO
DE VISAO - LENTE FIXA: 105°
(DIAGONAL), 86° (HORIZONTAL), 45°
(VERTICAL)- ANGULO DE VISAO -
LENTE MOVEL: 105° (DIAGONAL), 86°
(HORIZONTAL), 45° (VERTICAL)-
IMAGEM NOTURNA: PRETO E BRANCO
/ COLORIDA / AUTOMATICO-
ARMAZENAMENTO: CARTAO MICROSD
DE ATÉ 256 GB- ZOOM DIGITAL: 8X-
ALCANCE IR - LENTE FIXA: 25 M-
ALCANCE IR - LENTE MOVEL: 25 M-
ALCANCE DO FEIXE DE LUZ DO
HOLOFOTE - LENTE FIXA: 23 M-
ALCANCE DO FEIXE DE LUZ DO
HOLOFOTE - LENTE MOVEL: 23 M- IR
INTELIGENTE: SIM- COMPRIMENTO DE
ONDA LED IR: 0,85 µM-
SENSIBILIDADE: 0 LUX (COM IR
ATIVADO)- IRIS: ELETROICA- FUNCAO
DAY NIGHT: AUTOMATICO
(AJUSTAVEL)- FILTRO DE CORTE
INFRAVERMELHO (ICR): SIM (TROCA
AUTOMATICA)- CONTROLE
AUTOMATICO DE GANHO (AGC):
AJUSTAVEL- COMPENSACAO DE LUZ
DE FUNDO (BLC): SIM (AUTOMATICO)-
COMPENSACAO DE ALTA
LUMINOSIDADE (HLC): SIM- WIDE
DYNAMIC RANGE (WDR): DIGITAL
AUTOMATICO- BALANCO DE BRANCO:
AUTOMATICO- DETECCAO DE
MOVIMENTO: AJUSTAVEL- DETECCAO
DE PESSOAS: AJUSTAVEL- ROTACAO
HORIZONTAL - LENTE FIXA: 0° A 260°
(AJUSTE MANUAL)- ROTACAO
HORIZONTAL - LENTE MOVEL: 0° A
355° (AJUSTE VIA APLICATIVO)-
ROTACAO VERTICAL - LENTE FIXA: 0° A
30° (AJUSTE MANUAL)- ROTACAO
VERTICAL - LENTE MOVEL: 0° A 90°
(AJUSTE VIA APLICATIVO)- MASCARA
DE PRIVACIDADE: SIM- REDUCCAO
DIGITAL DE RUÍDO (DNR): 3D -
AUTOMATICO CARACTERISTICAS
ELETRICAS- ALIMENTACAO:
CONECTOR P4 FEMEA- CONSUMO
MAXIMO DE CORRENTE: 0,75 A-
CONSUMO MAXIMO DE POTENCIA: 10
W- TENSÃO: 12 VDC- PROTECCAO
ANTI-SURTO: 1,5 KV (MODO
DIFERENCIAL) / 15 KV (MODO COMUM
- ETHERNET E ALIMENTACAO)
CARACTERISTICAS MECANICAS-
DIMENSÖES (L x A x P): 124,98 X 201,9 X
158,72 MM- PESO: 642 G- CO

34

CAMERA SPEED DOME 2MP CAMERA
SPEED DOME COM AS SEGUINTE
CARACTERISTICAS: CARACTERISTICAS
GERAIS: COR: CINZA-ESCURO TIPO DE
RESOLUCAO: DOME CONECTIVIDADE:
LANZOOM OPTICO: 25X ZOOM DIGITAL:
16X POTENCIA: 6,1 W COM SENSOR DE
MOVIMENTO: SIM COM ALARME:

2

R\$ 5.100,00



FAZCAP202600300A

SIMCOM AUDIO BIDIRECIONAL:
SIMCOM VIDEO AO VIVO: SIMCOM
REDUCAO DE RUÍDO: SIME
RESISTENTE A AGUA:
SIMPROFUNDIDADE: 6,4 CMTIPO DE
CAMERA DE VIGILANCIA:
IPOUALIDADE DE RESOLUCAO:
DIGITALLUGARES DE MONTAGEM:
PAREDE/TETOTIPOS DE CONEXOES:
RJ45LOCALIZACOES DA CAMERA:
EXTERIOR, INTERIORCAMPO VISUAL:
360 °E MOTORIZADA: SIMTIPO DE
MOVIMENTO: DOMECON VISAO
NOTURNA: SIMTEMPERATURA MINIMA
SUPORTADA: 0 °CTEMPERATURA
MAXIMA SUPORTADA: 60 °CFORMATO
DA CAMERA ESPIA: SPEED DOMECON
MICROFONE: SIMQUANTIDADE
MAXIMA DE FPS: 60COM VISAO
NOTURNA COLORIDA: NAOE
ANTIVANDALISMO: SIM GARANTIA: 12
MESES - MODELO REFERENCIAL: VIP
3225 SD IR INTELBRAS

| | | | |
|----|---|----|------------|
| 35 | <p>SWITCH POE 5 PORTAS SWITCH 5 PORTAS COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:HARDWARE- CHIPSET: REALTEK RTL8309M- MATERIAL: ACO (ATENDE AO PADRAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA DA UE - ROHS)- DIMENSOES (L x A x P): 130 x 26 x 85 MM- PESO: LIQUIDO: 0,300 KG; BRUTO: 0,570 KGLEDS INDICADORES- POWER: 1X VERDE- POE: 4X VERDE- LINK/ACT: 4X VERDE- ACT: 1X VERDE- LINK: 1X VERDEPORTAS- PORTAS RJ45 FAST ETHERNET (10/100 MBPS): 5 (SENDO A PORTA 5 EXCLUSIVA PARA UPLINK)- PORTAS POE: 4 (PORTAS 1 A 4)- PORTAS COM FUNCAO POE EXTENDER: 2 (PORTAS 1 E 2) POWER OVER ETHERNET (POE)- PADRAO: IEEE802.3AF / IEEE802.3AT- DISTRIBUICAO DE ENERGIA:POWER +: PAR 1 E 2 / PAR 4 E 5POWER -: PAR 3 E 6 / PAR 7 E 8- POTENCIA TOTAL: 55 W- POTENCIA MAXIMA POR PORTA: 30 WCABEAMENTO SUPORTADO- 10 BASE-T: CABO UTP CATEGORIAS 3, 4, 5 (MAXIMO 100 M)EIA/TIA-568 1000 STP (MAXIMO 100 M)- 100 BASE- TX: CABO UTP CATEGORIAS 5, 5E (MAXIMO 100 M)EIA/TIA-568 1000 STP (MAXIMO 100 M)POE EXTENDER - DISTANCIA MAXIMA- ATE 200 METROS COM CABO CAT 5E (100% COBRE)- ATE 250 METROS COM CABO CAT 6 (100% COBRE)ALIMENTACAO- ENTRADA: 100-240 VAC / 50-60 HZ (BIVOLT AUTOMATICO)- CONSUMO: SEM LINK: 9,02 WMAXIMO: 98,56 W/FONTE: EXTERNA PROTECAO CONTRA SURTOS: 15 KVAMBIENTE OPERACIONAL- TEMPERATURA: -10 OC A +55 OC- UMIDADE: 0% A 95% (SEM CONDENSACAO)CERTIFICACOES FACAP 202600300A</p> | 15 | R\$ 800,00 |
|----|---|----|------------|



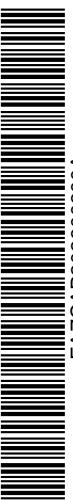
E SEGURANCA- ANAIEL: 22936-23-
 00160ESPECIFICACOES DE
 HARDWARE- METODO DE
 COMUTACAO: STORE-AND-FORWARD-
 CAPACIDADE DE COMUTACAO
 (BACKPLANE): 1 GBPS- TAXA DE
 ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 744
 KBPS- TAXA DE
 TRANSFERENCIA:ETHERNET 10 MBPS
 (HALF DUPLEX) / 20 MBPS (FULL
 DUPLEX)FAST ETHERNET: 100 MBPS
 (HALF DUPLEX) / 200 MBPS (FULL
 DUPLEX)- LATENCIA: 7,98 µS- MTBF
 (TEMPO MEDIO ENTRE FALHAS):
 613.142.44 HORAS- BUFFER DE
 MEMORIA: 1 MBIT- TABELA DE
 ENDERECO MAC: 2 K (APRENDIZADO E
 ATUALIZACAO
 AUTOMATICA)ESPECIFICACOES DE
 SOFTWARE- CONFIGURACAO DE
 PORTAS:AUTONEGOCIACAOMDI/MDI-
 XPROTOCOLO CSMA/CD- QUALIDADE
 DE SERVICO (QOS):ALGORITMO DE
 ENFILEIRAMENTO: WRR (WEIGHTED
 ROUND ROBIN)- PADROES IEEE802.1P
 - PRIORITY QUEUEING (QOS)802.3AF -
 POWER OVER ETHERNET802

| | | | |
|----|---|---|------------|
| 36 | ROTEADOR 5 PORTAS GIGABIT ROTEADOR 5 PORTAS GIGABIT COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:CPU: DUAL-CORE 880 MHZRAM: 256 MBARMAZENAMENTO: 16 MB FLASHPORTAS ETHERNET: 5 X GIGABITPORTA SFP: 1 X SFP (1.25 GBPS)POE IN: SIM (PASSIVO 12-57V, PORTA 1)POE OUT: SIM (PASSIVO, PORTA 5)CONSUMO MAXIMO: 24W (COM POE OUT)ROUTEROS LICENCA: LEVEL 4GARANTIA: 12 MESES- MODELO REFERENCIAL: RB760IGS (HEX S) MIKROTIK | 2 | R\$ 960,00 |
| 37 | SWITCH DE MESA 8 PORTAS SWITCH COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: HARDWARE- PADROES E PROTOCOLOS: IEEE 802.3I/802.3U/ 802.3AB/802.3X- INTERFACE: 8X 10/100/1000MBPS. AUTO NEGOCIACAO / AUTO MDI / MDIX- FONTE DE ALIMENTACAO EXTERNA: FONTE DE ENERGIA EXTERNA (SAIDA: 5VDC/0.6A)- DIMENSOES (LXCXA): 127 X 66,5 X 23 MM- CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA: 3.9W- DISSIPACAO DE CALOR MAXIMA: 13.299 BTU/H DESEMPENHO:- CAPACIDADE DE COMUTACAO: 16 GBPS- TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 11.9 MPPS- TABELA DE ENDERECOS MAC: 4K- MEMORIA DE BUFFER DE PACOTE: 1.5 MB- JUMBO FRAME: 16 KB SOFTWARE:- CARACTERISTICAS AVANCADAS: TECNOLOGIA TP-LINK GREEN / | 3 | R\$ 396,67 |



802.3x FLOW CONTROL / BACK
PRESSURE- METODO DE
TRANSFERENCIA: ARMAZEN A
ENCAMINHA CERTIFICACAO:- CE, FCC,
ROHS AMBIENTE:- TEMPERATURA DE
OPERACAO: 0 °C ~ 40 °C (32 °F ~ 104
°F);- TEMPERATURA DE
ARMAZENAMENTO: -40 °C ~ 70 °C (-40
°F ~ 158 °F);- UMIDADE DE OPERACAO:
10% ~ 90% SEM CONDENSACAO:-
UMIDADE DE ARMAZENAMENTO: 5% ~
90% SEM CONDENSACAO CONTEUDO
DA EMBALAGEM:- 1 X SWITCH GIGABIT
DE MESA - 1 X ADAPTADOR DE
ENERGIA- GUIA DO USUARIO
GARANTIA:5 ANOS DE GARANTIA (3
MESES DE GARANTIA LEGAL + 57
MESES DE GARANTIA CONTRATUAL
JUNTO AO FABRICANTE).

| | | | |
|----|--|---|---------------|
| 38 | <p>WEBCAM FULL HD Webcam full hd com as seguintes características:- Conexao Usb;- Resolucao maxima: 1080p/30qps - 720p/30qps;- Foco Automatico;- Vidro Full HD;- Microfone embutido; estereo;- Cabo: 1,5 Mt;- Tampa de Protecao de Privacidade.- Garantia: 12 Meses;</p> | 2 | R\$ 410.33 |
| 39 | <p>DRONE PROFISSIONAL COMPACTO E DOBRAVEL, HOMOLOGADO PELA ANATEL DRONE PROFISSIONAL COMPACTO E DOBRAVEL, HOMOLOGADO PELA ANATEL, COM TREINAMENTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICACOES E ACESSORIOS: CARACTERISTICAS GERAIS - DRONE COMPACTO E DOBRAVEL DE ALTA PERFORMANCE;- HOMOLOGADO PELA ANATEL :- PESO DE DECOLAGEM: APROXIMADAMENTE 720 G :- DIMENSOES DOBRADO (SEM HELICES): APROXIMADAMENTE 207 X 100,5 X 91,1 MM :- DIMENSOES DESDOBRADO (SEM HELICES): APROXIMADAMENTE 258,8 X 326 X 105,8 MM . SISTEMA DE CAMERAS - CAMERA GRANDE ANGULAR: SENSOR CMOS DE 1/1.3 POLEGADAS, 48 MF EFETIVOS, FOV 82°, FORMATO EQUIVALENTE 24 MM ABERTURA F/1.7, FOCO DE 1 MA;- CAMERA TELEOBJETIVA: SENSOR CMOS DE 1/1.3 POLEGADAS, 48 MP EFETIVOS, FOV 35°, FORMATO EQUIVALENTE 70 MM, ABERTURA F/2.8, FOCO DE 3 MA;- CAFACIDADE DE CAPTURA DE FOTOS EM JPEG E RAW (DNG);- GRAVACAO DE VIDEO EM 4K COM SUPORTE A HDR;- FORMATOS DE VIDEO: MP4 (MP4 (MPEG-4 PART 14) H.264 (AVC - ADVANCED VIDEO CODING) H.265 ;DESEMPENHO DE VOO- TEMPO MAXIMO DE VOO: O APARELHO DEVE APRESENTA NO MINIMO 45 MINUTOS :- TEMPO MAXIMO ESTACIONARIO: O AFARELHO</p> | 1 | R\$ 18.972.00 |



DEVE APRESENTA ENTORNO DE 40 MINUTOS;- VELOCIDADE MAXIMA HORIZONTAL: 21 M/S (SEM VENTO, PROXIMO AO NIVEL DO MAR);- VELOCIDADE MAXIMA DE SUBIDA: IGUAL OU SUPERIOR 10 M/S;- VELOCIDADE MAXIMA DE DESCIDA: IGUAL OU SUPERIOR 10 M/S;- ALTITUDE MAXIMA DE DECOLAGEM: NO MINIMO 5.500 M;- RESISTENCIA A VENTOS: MINIMO 10,7 M/S;- ANGULO DE INCLINACAO MAXIMA: 35°;- SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL DE NAVEGACAO POR SATELITE GNSS: COMPATIVEL GPS / GALILEO / BEIDOU);- ALCANCE DA TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO: IGUAL OU O MAIS PROXIMO DE -10 A 40°C OU 14° A 104°F;TRANSMISSAO E CONTROLE - SISTEMA DE TRANSMISSAO DE VIDEO COM ALCANCE DE 32 KM;- QUALIDADE DE EXIBICAO AO VIVO: 1080P/30 FPS 1080P/60 FPS;- CONTROLE REMOTO COM TELA INTEGRADA;- CONECTIVIDADE BLUETOOTH 5.2. SEGURANCA E NAVEGACAO - SISTEMA DE DETECCAO E DESVIO DE OBSTACULOS OMNIDIRECIONAL;- PRECISAO DE VOO ESTACIONARIO: PARA OS VERTICAL: 0,1 M (COM POSICIONAMENTO VISUAL) / 0,5 M (COM POSICIONAMENTO

| | | | |
|----|---|----|------------|
| 40 | CARTUCHO DE TONER COMPATIVEL (NAO REMANUFATURADO E NAO RECICLADO) CE505A CARTUCHO DE TONER COMPATIVEL CE505A | 10 | R\$ 56,67 |
| 41 | SSD EXTERNO ITB SSD EXTERNO COM AS SEGUINTESS CARACTERISTICAS:FORMATO: COMPACTO E DE BOLSO;VELOCIDADE: ATE 1.050 MB/S DE LEITURA E ATE 1.000 MB/S DE GRAVACAO;CAPACIDADES: 1 TB;CONECTOR: USB 3.2 GEN 2;MATERIAL DE REVESTIMENTO: METAL + PLASTICO;TEMPERATURA DE OPERACAO: 0°C-40°C;TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -20 °C - 85 °C;COMPATIBILIDADE: USB 3.2 GERACAO 2, WINDOWS 11, WINDOWS 10, MACOS (V. 10.15.X +) LINUX (V. 4.4.X +) CHROME OS;CONTEUDO DA EMBALAGEM: SSD EXTERNO PORTATIL, CABO USB-C PARA USB-A.GARANTIA: 12 MESES. | 3 | R\$ 651,00 |

Exibir: 50

1-41 de 41 itens

Página: 1



< Voltar





Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.
Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A

[Home](#) > Editais

[Portal Nacional de Contratações Públicas](#)

[Entrar](#)



Última atualização 24/02/2025

[Acessar Contratação](#)

Local: Brasília/DF **Órgão:** TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Unidade compradora: 974003 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 24/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 24/02/2025 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 12/03/2025 14:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00534560000126-1-000006/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de 480 (quatrocentos e oitenta) baterias tipo estacionária VLRA, sem manutenção, tensão nominal 12V, capacidade nominal de 9Ah (ITEM 1) e 48 (quarenta e oito) baterias tipo estacionária CHUMBO ACIDO, sem manutenção, tensão nominal 12V, capacidade nominal de 40Ah (ITEM 2), para a reposição dos bancos de baterias dos nobreaks do Plenário, da STI e do subsolo do Edifício Anexo do TCDF.

Informação complementar:

Qualquer divergência no tocante à divulgação do certame, prevalecem as disposições do edital. Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=97400305900032025>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 85.104,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 54.768,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

| Número ↕ | Descrição ↕ | Quantidade ↕ | Valor unitário estimado ↕ |
|----------|--------------------------------------|--------------|---------------------------|
| 1 | Bateria estacionária alta capacidade | 480 | R\$ 137,40 |
| 2 | Bateria estacionária alta capacidade | 48 | R\$ 399,00 |

Exibir: 1-2 de 2 itens

Página: [<](#) [>](#)

[< Voltar](#)



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.
Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portal.deservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/03/2026 - 13:13hs.

Documento Nº: 10389796-4998 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10389796-4998>



FAZCAP202600300A